

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 30 de outubro de 2026 • Nº 2415 • R\$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

Especial

Setor de energias renováveis projeta retomada em 2027

PÁGINA 5

PETRÓLEO

Petrobras faz 3ª descoberta na Foz do Amazonas

A Petrobras anunciou ontem a terceira descoberta de petróleo no poço Morpho, no bloco FZA-M-59, localizado em águas ultra-profundas na costa do estado do Amapá, na Foz do Amazonas, em lâmina d’água de 2.886 metros. “Nossa persistência técnica permitiu que fossem realizadas três descobertas no mesmo poço, o que nos deixa ainda mais otimistas em relação ao potencial exploratório da Margem Equatorial”, disse a presidente da Petrobras, Magda Chambríard. De acordo com a companhia, a perfuração e a aquisição de dados geológicos foram concluídas. Agora será realizada apenas a finalização das operações no poço e a sonda seguirá para a Bacia Potiguar, na costa do Rio Grande do Norte

MENORES

Ex-assessor e PM são presos por exploração sexual no RJ

Um sargento da PM e um ex-assessor da deputada federal reeleita Talíria Petrone (PSOL) foram presos na quarta-feira, durante uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A ação, denominada de NXIVM, cumpriu mandados de prisão e 18 medidas de busca e apreensão contra envolvidos em uma rede criminosa investigada por produzir vídeos de exploração sexual de menores. Em nota, Talíria diz que o assessor foi exonerado e que as investigações "devem ser conduzidas com transparência, rigor e independência". "Fui surpreendida na manhã de hoje com informações sobre a operação da Polícia Civil decorrente de investigações que seguem em curso sobre exploração sexual. **PÁGINA 5**

SETEMBRO

Dívida Pública cresce 0,97% e encosta em R\$ 9,4 trilhões

A incidência dos juros da dívida pública fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em setembro. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 9,293 trilhões em agosto para R\$ 9,383 trilhões no mês passado, alta de 0,97%. Em maio deste ano, o indicador havia superado a barreira de R\$ 9 trilhões. Apesar da alta, a dívida pública está abaixo do previsto. De acordo com o Plano Anual de Finan-

ciamento (PAF), apresentado em janeiro e revisado em agosto, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões. A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 1,04%, passando de R\$ 8,944 trilhões em agosto para R\$ 9,037 trilhões em setembro. No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 3,78 bilhões em títulos a mais do que resgatou, volume baixo para os padrões históricos. **PÁGINA 3**

DEPOIMENTO



MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Ex do BRB diz que Ibaneis forçou acordos com Master

O ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, afirmou em depoimento prestado à Polícia Federal (PF) que o negócio com o Banco Master foi acertado em uma reunião entre o banqueiro Daniel Vorcaro e o então governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB) (**foto**). O depoimento foi colhido pela PF no último dia 15 e enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em conjunto com o relatório que promoveu o indiciamento de Vorcaro e Paulo Henrique por crimes financeiros. "Dia 24 de setembro eu recebo uma mensagem no meu celular que me convoca pra uma reunião à noite na casa do Daniel Vorcaro, (mensagem) do gabinete do governador Ibaneis Rocha. **PÁGINA 2**

ASSÉDIO ELEITORAL

MPT enquadra Meta e cobra indenização de R\$ 50 milhões



DIVULGAÇÃO

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com ação civil pública na Justiça do Trabalho contra a Meta - proprietária do Instagram, Facebook e WhatsApp - ontem. O MPT exige que a empresa retire do ar as publicações que convocam empresários a vigiar, expor, não contratar e demitir trabalhadores por causa do voto em até 24 horas. Além disso, exige uma indenização de R\$ 50 milhões por danos morais coletivos. Com o fim das eleições gerais no último domingo, empresários, influenciadores e parlamentares orientaram empregadores a vasculhar as redes sociais de trabalhadores com o objetivo de descobrir sua posição política e, por consequência, seu voto. **PÁGINA 6**

FRAUDE FINANCEIRA

Caso Master: Vorcaro diz que não fez nada errado

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro prestou depoimento à Polícia Federal dia 15 de outubro e negou ter cometido fraudes bancárias na operação de tentativa de compra do Banco Master pelo Banco Regional de Brasília (BRB). A oitiva ocorreu antes de Vorcaro e mais 14 investigados terem sido indiciados pela PF no inquérito da 1ª fase da Operação Compliance Zero, que apura as fraudes nas operações do Master. Os indiciamentos foram concluídos 4ª-feira. No depoimento prestado à delegada Janaína Palazzo, o ex-banqueiro defendeu o arquivamento da investigação e disse que não há provas contra ele. "Arquive esse processo, porque não tem prova nenhuma, não tem prova de fraude, porque não tem prejuízo. **PÁGINA 7**

INDICADORES

IBOVESPA (-13,88%) / 176.608,23 / 28.474,33 / Volume: 109.462.683.415 / Negócios: 13.964.203										Bolsas no mundo			Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	1,57% (set.) <th colspan="2">EURO turismo</th>	EURO turismo	
Mais Negociados			Maiores Altas			Maiores Baixas			Fechamento		%	Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA	0,82% (set.)	Compra 6,1156 Venda: 6,2956		
	Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.		Preço	%	Oscil.							
BBA53	17,47	-29,33	-7,25	FSPET11F	0,30	+20,00	+0,05	LIQQ3F	1,080	-65,93	-2,090	Dow Jones	52.361,58	+0,28				
B3SA3	15,07	-36,28	-8,58	SUZB3F	47,70	+10,75	+4,63	SIMH3	5,850	-64,86	-10,800	S&P 500	7.676,77	+0,70				
BBDCA	15,95	-21,70	-4,42	SUZB3	47,40	+10,08	+4,34	SIMH3F	5,980	-64,17	-10,710	US Tech 100	28.498	+1,14	13,75%		+9,19%	
												Euronext 100	1.857,2	+0,69				
CSAN3	2,77	-46,73	-2,43	TCSA3F	0,85	+8,97	+0,07	LIQQ3	1,10	-63,93	-1,95	US Tech 100	28.498	+1,14				
ITUB4	41,70	-13,66	-6,60	EMBJ3	96,20	+8,89	+7,85	ECOR3	5,19	-60,53	-7,96	CAC 40	7.847,32	+0,83	0,1656%	R\$ 672,24		
												FTSE 100	10.767,33	+0,72				

Economia

MERCADOS



Bolsa cai pela 4ª vez seguida com receio sobre agenda fiscal

JULIANA MACHADO/AE

O receio do mercado em relação à continuidade de uma agenda fiscal expansionista pelo novo governo Lula levou a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) a acumular queda pelo quarto pregão consecutivo, operando na faixa dos 169 mil pontos. Na reta final do pregão, porém, o índice se afastou das mínimas em 168 mil pontos diante das especulações em torno de uma possível nova composição para o Ministério da Fazenda.

Ao longo da tarde, o Ibovespa (Índice Bovespa) cedeu até os 168.765,35 pontos (-1,31%), mas apresentou relativa melhora no fechamento, com recuo de 1,06%, aos 169.186,42 pontos. Na semana até agora, as perdas já somam 17,5%; no mês, a baixa é de 9,2%. O tombo desde a definição do segundo turno das eleições já fez o índice devolver parte relevante da alta no ano, agora em 5%. O giro financeiro do dia foi de R\$ 31 bilhões, dentro da média.

SHOPPING

Multiplan tem lucro líquido de R\$ 383,17 milhões no 3º trimestre

DANIELLE FONSECA/AE

A Multiplan - dona de uma rede com 20 shopping centers - teve lucro líquido de R\$ 383,17 milhões no terceiro trimestre de 2026, alta de 73,3% ante o mesmo período de 2025, conforme balanço publicado ontem.

O Ebitda (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) somou R\$ 598,19 milhões, expansão de 37,3% na mesma base de comparação anual. A margem Ebitda foi a 70,7%, alta de 1,7 ponto porcentual.

Segundo a companhia, pelo lado da receita, o crescimento do Ebitda foi impulsionado pelo forte desempenho das receitas de venda de imóveis, estacionamento, serviços e locação. Pelo lado dos custos, os resultados se beneficiaram da redução das despesas de projetos para locação (-20,1%) e da diluição das despesas da sede.

A receita líquida no trimestre totalizou R\$ 846 milhões, alta de 37% na comparação anual. Já a receita com locação de espaços nos shoppings no trimestre cresceu 2,8%, para R\$ 443,58 milhões, impulsionada pela alta do aluguel nas Mesmas Lojas (SSR) e beneficiado por três expansões entregues: Parque Shopping Maceió, MorumbiShopping e BH Shopping, além da aquisição de participação adicional de 7,5% no BarraShopping.

A receita de estacionamentos, por sua vez, aumentou

DÓLAR

Após dois pregões seguidos de queda, em que acumulou baixa de 1,16%, o dólar apresentou alta firme ontem, e flertou com fechamento na casa de R\$ 5,40. O ambiente externo de aversão ao risco, marcado por desvalorização de divisas latino-americanas.

As máximas do dólar no início da tarde, quando a divisa atingiu o pico de R\$ 5,4290, foram atribuídas por operadores à percepção de que as falas de Boulos representam a visão de uma ala dentro do Palácio do Planalto muito próxima ao presidente.

A febre compradora amainou na última hora do pregão, e o dólar passou a oscilar ao redor de R\$ 5,40.

Com o refresco no fim da sessão, o dólar à vista terminou o dia cotado a R\$ 5,3878, em alta de 0,89%. O real amargou ontem o segundo pior desempenho entre divisas mais líquidas, à frente apenas do peso mexicano. A moeda americana acumula ganhos de 7,90% na semana.

17,5%, chegando a R\$ 99,59 milhões. A alta foi reflexo de um aumento de 2,5% no fluxo de veículos, além de ajustes tarifários e do resultado de compras e vendas de participações minoritárias.

A receita de serviços teve alta de 9,6%, para R\$ 47 milhões, puxadas por maiores taxas de administração e de taxas de corretagem.

O faturamento com venda de imóveis saltou 209,4%, para R\$ 288,34 milhões. Boa parte da alta se deve aos R\$ 250 milhões no terceiro trimestre, uma alta de 50,3% na comparação anual. Já as despesas de sede somaram R\$ 49,3 milhões, alta de 5,2%.

O FFO (lucro líquido excluindo depreciação, amortização e efeitos não caixa) chegou a R\$ 405,3 milhões no trimestre, crescimento de 70%, enquanto a margem FFO atingiu 47,9%, melhora de 9,31 pontos percentuais.

O resultado financeiro (soma de receitas e despesas com juros) gerou uma despesa líquida de R\$ 192 milhões, montante 4,1% menor do que um ano antes.

A Multiplan encerrou o trimestre com dívida líquida de R\$ 4,44 bilhões, e alavancagem de 1,76 vez, ante 2,26 vezes um ano antes.

DEPOIMENTO

AGUIRRE TALENTO, FELIPE DE PAULA, VINÍCIUS VALFRÉ E GUSTAVO CÔRTEZ/AE

O ex-presidente do Banco de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa, afirmou em depoimento prestado à Polícia Federal (PF) que o negócio com o Banco Master foi acertado em uma reunião entre o banqueiro Daniel Vorcaro e o então governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB).

O depoimento foi colhido pela PF no último dia 15 e enviado ao Supremo Tribunal Federal (STF) em conjunto com o relatório que promoveu o indiciamento de Vorcaro e Paulo Henrique por crimes financeiros.

"Dia 24 de setembro eu recebi uma mensagem no meu celular que me convoca pra uma reunião à noite na casa do Daniel Vorcaro, (mensagem) do gabinete do governador Ibaneis Rocha. Eu até falo 'puxa, eu tô viajando, tô na Bahia', eu tento fugir. E não dava pra fugir do jantar. Eu falei: vou ficar só 15 minutos nesse jantar. Mas eu chego, volto de Salvador e vou pra esse jantar. Já digo logo, não posso ficar muito tempo. Chego no jantar, tem algumas pessoas no jantar, entre elas o governador Ibaneis e o Daniel Vorcaro. O governador fala: 'olha Paulo,

eu queria te apresentar o Daniel'. Eu falei: 'Eu já conheço, a gente faz algumas cessões de crédito e tal'. Mas ele diz: 'Paulo, estrutura uma venda do BRB para o Master'. Essa é uma parte que não apareceu na investigação, até onde eu vi", disse o ex-presidente do BRB em depoimento.

Paulo Henrique afirmou ter ficado "surpreso" com a ordem e disse que havia sete pessoas na reunião. "Eu falo 'tá certo', e eu tava querendo ir pra porta. Aí o Daniel fala: 'É, mas é banco público, normalmente troca governo depois de um tempo, eu preciso de um acordo de acionista que me garanta controle'", relatou.

A investigação da Polícia Federal já apontou que o BRB fez dois aumentos de capital de forma fraudulenta para permitir que fundos e pessoas ligadas a Vorcaro adquirissem participação acionária no banco público do DF, que chegou a 23,5%.

Como mostrou o Estadão, diálogos do celular de Paulo Henrique mostram que ele mesmo direcionou a venda de participação acionária para pessoas ligadas a Vorcaro. A PF suspeita que essa operação foi montada para dar lastro ao BRB na tentativa de compra do Banco Master - barrada pelo Banco Central em setembro do ano passado.

'Fui pego de surpresa de ma-

neira contrária'

No depoimento, Paulo Henrique afirmou pela primeira vez que foi contrário à operação e disse ter tentado convencer Ibaneis a recuar na venda de participação acionária ao Master, porque poderia acabar resultando em uma privatização do BRB.

"No outro dia 7h30 da manhã eu mando mensagem. Quero conversar. Comecei a dar andamento mas quero conversar. Depois essa reunião é marcada no gabinete do governador, eu vou ao governador e digo: 'chefe, não concordo com essa operação. A gente prometeu que não ia privatizar o banco, o banco tá dando um resultado extraordinário, o banco é chave pro Distrito Federal, a gente opera todos os programas sociais, a gente fez o plano de saúde dos servidores, a gente deu naming rights da Arena, a gente tá reformando o autódromo, o banco é o coração de Brasília", contou a PF.

Nesse momento, Paulo Henrique foi interrompido pela delegada Janaína Palazzo, responsável pelo caso, que lhe fez uma pergunta: "Então o senhor foi contra? Nesse momento".

Paulo Henrique respondeu que foi "prego de surpresa", mas relatou que Ibaneis tratou a operação como uma decisão do acionista majoritário, que é o

governo do Distrito Federal.

"Eu fui pego de surpresa, mas pego de surpresa de maneira contrária. E aí nessa reunião ele fala: 'Paulo, é uma decisão do acionista'. E é mesmo, porque é uma venda de ações. Tá fora do BRB. O que ele tinha que pedir é: estruture, veja, faça modelos"

Paulo Henrique Costa tentou fazer uma delação premiada, mas a negociação foi rejeitada pela Procuradoria-Geral da República (PGR). No depoimento, ele defendeu a compra de carteiras do Master pelo BRB e disse que não provocaram prejuízos ao banco do DF.

Ao narrar o início do negócio, Paulo Henrique disse que as tratativas foram realizadas em um encontro na casa de Vorcaro diretamente com a participação de Ibaneis Rocha.

O ex-presidente do BRB não quis dar detalhes sobre os outros participantes do encontro nem sobre os diálogos, já que não conseguiu fazer um acordo de delação. Mas atribuiu a negociação a Ibaneis no depoimento à PF, que integra oficialmente a investigação e não tem relação com as negociações de delação premiada. As informações, portanto, podem ser usadas como elementos de prova pela PF para o avanço das investigações relacionadas ao ex-governador.

BANCO CENTRAL

Governo Central puxa déficit menor do setor público em setembro

MATEUS MAIA E MARIANNA GUALTER/AE

O chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central (BC), Fernando Rocha (foto), afirmou ontem, que o resultado do governo central puxou o déficit menor do setor público de R\$ 5,497 bilhões, melhor para o mês desde 2022. Ele participou da coletiva de imprensa das estatísticas fiscais do mês de setembro.

"Se nós olharmos os componentes do setor público consolidado, o governo central, os governos regionais, compostos por estados e municípios, e as empresas estatais, desses três níveis, nós podemos observar que

o governo central foi inteiramente responsável por essa melhora do resultado", afirmou.

Segundo ele, o resultado do governo central no mês, de R\$ 3,469 bilhões, foi o melhor superávit primário para o mês desde 2012, quando o resultado foi positivo em R\$ 11,1 bilhões.

A explicação para essa melhora foi causada principalmente por conta do cancelamento de precatórios de R\$ 12,8 bilhões, o que ajudou com o primário para o mês.



No caso das estatais, que tiveram déficit de R\$ 3,393 bilhões, o principal vilão do resultado foram as estatais estaduais, com déficit de R\$ 1,396 bilhão, sendo que no ano anterior haviam registrado superávit de R\$ 1,743 bilhão.

Gasto com juros acumulado de jan-set é o maior para o período desde 2015 (9,2%)

Fernando Rocha afirmou que o gasto com juros acumulado no mês de janeiro até setembro é o maior para o período desde

2015, quando se chegou a 9,2% do Produto Interno Bruto. Ele participa da coletiva de imprensa das estatísticas fiscais do mês de setembro.

De janeiro a setembro, a despesa do setor público com juros atingiu R\$ 882,077 bilhões, ou 8,71% do Produto Interno Bruto (PIB).

"É o maior percentual do PIB para a conta de juros para o período de janeiro a setembro, desde 2015. Em 2015, ela chegou a 9,2% e, no caso dos dados de janeiro a setembro, a conta de juros passou de R\$ 684,7 bilhões no ano passado para R\$ 882,1 bilhões neste ano, ou seja, o aumento foi de R\$ 197,4 bilhões", afirmou.

ATÉ 2036

MME estima que biocombustíveis terão investimentos de R\$ 142 bilhões

RENAN MONTEIRO/AE

O Ministério de Minas e Energia (MME) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) publicaram ontem, o Caderno de Biocombustíveis e Combustíveis Sintéticos do Plano Decenal de Expansão de Energia 2036 (PDE 2036). São estimados investimentos de R\$ 142 bilhões no setor entre 2027 e 2036. O documento também mostra

que a oferta brasileira de etanol deve crescer 2,5% ao ano na próxima década, saltando de 41,6 bilhões para 53,1 bilhões de litros.

A consulta pública do PDE 2036 está aberta até 6 de novembro de 2026. A demanda por biodiesel deve alcançar 14,7 bilhões de litros em 2036, de acordo com as projeções. A produção de etanol de segunda geração (E2G) deverá al-

cançar 600 milhões de litros em 2036. A demanda total de etanol deverá atingir 50,7 bilhões de litros em 2036, considerando a mistura obrigatória de 30% de etanol anidro na gasolina C.

O estudo também prevê demanda de cerca de 3 bilhões de litros de etanol para a produção de combustível sustentável de aviação (SAF, na sigla em inglês) e para os usos aquaviário e na

aviação agropecuária, além de exportações líquidas de 2,4 bilhões de litros.

Também foi projetado que a demanda de biodiesel deverá chegar a 12,7 bilhões de litros em 2036, com o teor obrigatório de 15% no diesel B. "Somados os usos voluntários, a demanda total deverá alcançar 14,7 bilhões de litros no fim do horizonte decenal", diz o estudo.

Diário do Acionista

Tel.: (21) 99122-4278

Diário do Acionista

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

São Paulo

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: ☎ (21) 99122-4278-Claro

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor	FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe	HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

ACESSE NOSSO SITE

SETEMBRO

Dívida Pública sobe 0,97% e encosta em R\$ 9,4 trilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A incidência dos juros da dívida pública fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em setembro. Segundo números divulgados ontem pelo Tesouro Nacional, a DPF passou de R\$ 9,293 trilhões em agosto para R\$ 9,383 trilhões no mês passado, alta de 0,97%.

Em maio deste ano, o indicador havia superado a barreira de R\$9 trilhões. Apesar da alta, a dívida pública está abaixo do previsto.

De acordo com o Plano Anual de Financiamento (PAF), apresentado em janeiro e revisado em agosto, o estoque da DPF deve encerrar 2026 entre R\$ 9,7 trilhões e R\$ 10,3 trilhões.

A Dívida Pública Mobiliária (em títulos) interna (DPMFi) avançou 1,04%, passando de R\$ 8,944 trilhões em agosto para R\$ 9,037 trilhões em setembro.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 3,78 bilhões em títulos a mais do que resgatou, volume baixo para os padrões históricos. A

apropriação de R\$ 89,29 bilhões em juros, porém, impediu a queda do endividamento.

Por meio da apropriação de juros, o governo reconhece, mês a mês, a correção dos juros que incide sobre os títulos e incorpora o valor ao estoque da dívida pública. Com a Taxa Selic (juros básicos da economia) em 13,75% ao ano, a apropriação de juros pressiona o endividamento do governo.

No mês passado, o Tesouro emitiu R\$ 189,44 bilhões em títulos da DPMFi. Os resgates em setembro somaram R\$ 185,66 bilhões, motivados principalmente pelo elevado volume de vencimentos de títulos corrigidos pela Taxa Selic, juros básicos da economia. A Dívida Pública Federal externa (DPFe) caiu 0,82%, passando de R\$ 348,26 bilhões em agosto para R\$ 345,41 bilhões em setembro. O principal fator foi a estabilidade do dólar no mês passado e o pagamento corrente de cerca de R\$ 3 bilhões.

COLCHÃO

Após cair em agosto, o colchão da dívida pública (reserva financeira usada em momentos de turbulência ou de forte concentração de vencimentos) subiu em setembro. Essa reserva passou de R\$ 1,208 trilhão em agosto para R\$ 1,273 trilhão em setembro.

Atualmente, o colchão cobre 7,71 meses de vencimentos da dívida pública. Nos próximos 12 meses, está previsto o vencimento de R\$ 1,87 trilhão em títulos federais.

Com o forte vencimento de títulos vinculados à Selic, a composição da DPF variou da seguinte forma de agosto para setembro:

- Títulos vinculados a Selic: 52,74% para 51,6%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 23,22% para 23,59%;
- Títulos prefixados: 20,31% para 21,14%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3,74% para 3,67%.

Revisado em agosto, o PAF prevê que os títulos encerrarão o ano nos seguintes intervalos

- Títulos vinculados a Selic: 49% a 53%;
- Títulos corrigidos pela inflação: 21% a 25%;
- Títulos prefixados: 20% a 24%;
- Títulos vinculados ao câmbio: 3% a 7%.

Normalmente, os papéis prefixados (com taxas definidas no momento da emissão) indicam mais previsibilidade para a dívida pública, porque as taxas são definidas com antecedência. No entanto, em momentos de instabilidade no mercado financeiro, as emissões caem porque os investidores pedem juros muito altos, que comprometeria a administração da dívida do governo.

Em relação aos papéis vinculados à Selic (juros básicos da economia), esses títulos estão atraindo o interesse dos compradores por causa dos juros altos defini-

MRS LOGÍSTICA S.A.

CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9

Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação: Ficam convocados os Senhores acionistas da MRS Logística S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 19 de novembro de 2026, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:** (1) constituição de Reserva de Incentivos Fiscais, nos termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76; (2) redestinação de até R\$ 1.489.628.863,74 (um bilhão, quatrocentos e oitenta e nove milhões, seiscentos e vinte e oito mil, oitocentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos), atualmente registrados na conta de Reserva para Investimentos para a Reserva de Incentivos Fiscais, correspondentes a parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais para investimentos referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021, 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023; e (3) autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários à implementação das deliberações se aprovadas. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede à Praia de Botafogo, nº 228 - sala 707 - Botafogo - Rio de Janeiro/RJ, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.mrs.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia Geral. Para participarem da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade. b) **Pessoa Jurídica:** Estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item "c" abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is). c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e documento de identidade do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 15 de novembro de 2026 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data, 29 de outubro de 2026. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 17 de novembro de 2026, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico age@rsl.com.br, devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia Geral considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br/> Rio de Janeiro, 29 de outubro de 2026. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração

dos pelo Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom). A dívida cambial é composta por antigos títulos da dívida interna corrigidos em dólar e pela dívida externa.

PRAZO

O prazo médio da DPF manteve-se estável em 4,1 anos. O Tesouro só fornece a estimativa em anos, não em meses. Esse é o intervalo médio em que o governo leva para renovar (refinanciar) a dívida pública. Prazos maiores indicam mais confiança dos investidores na capacidade do governo de honrar os compromissos.

A composição dos detentores da Dívida Pública Federal interna ficou a seguinte:

- Instituições financeiras: 31,33% do estoque;
- Fundos de pensão: 22,41%;
- Fundos de investimentos: 22,93%;
- Não-residentes (estrangeiros): 9,58%;
- Demais grupos: 13,76%.

Com a maior tensão no mercado financeiro em setembro, com a guerra no Oriente Médio, a participação dos não residentes (estrangeiros) caiu em relação a agosto, quando estava em 9,91%. Quanto maior a fatia de estrangeiros na dívida interna, maior a confiança no Brasil.

Por meio da dívida pública, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores para honrar compromissos financeiros. Em troca, compromete-se a devolver os recursos depois de alguns anos, com alguma correção, que pode seguir a taxa Selic (juros básicos da economia), a inflação, o dólar ou ser prefixada (definida com antecedência).

INSTITUTO NACIONAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA JAMIL HADDAD

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico 250057.139/2026

O Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia – INTO, torna público o EDITAL de Licitação do Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO(ESPONJA HIDROFÓLICA P/TRATAMENTO DE FERIDA P/ SISTEMA DEPRESSÃO NEGATIVA)-(12 ITENS), estando vinculado ao Processo SEI nº 25057.003514/2025-59. Abertura da sessão pública às 10h do dia 11/11/2026, no endereço eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br assim como, recebimento de propostas a partir da data de publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial da União.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

GUILHERME GOMES FERREIRA SCAFF DE NAPOLI, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 1448, com escritório na Rua Doutor João Marques Maurício, nº 269, Parte, Gramado, Embu das Artes/SP, CEP: 06816-040, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário VERT COMPANHIA SECURITIZADORA, doravante designada VENDEDORA, inscrita no CNPJ nº 25.005.683/0001-09, com sede na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, Pinheiros, São Paulo/SP, nos termos do contrato de empréstimo com pacto adjecto de alienação fiduciária em garantia de bem imóvel com emissão de cédula de crédito imobiliário - CCI, nº 70009629-9, datado em 24/06/2022 e aditivo ao contrato, datado em 08/01/2024, no qual figuram como Devedores Fiduciários BERNARDO DE MELO DOS SANTOS, brasileiro, securitário, nascido em 14/06/1985, RG nº 11360211-4-DETRAN/RJ, CPF nº 113.827.027-01 e sua esposa JULIA MEDEIROS NAVEGA DE MELO DOS SANTOS, brasileira, advogada, nascida em 16/02/1988, identidade OAB/RJ 202360, CPF nº 057.881.387-44, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados na Rua Miratáia, nº 350, Apto 502, Bloco 2, Edifício Jardim das Paineiras, Conjunto Residencial Bosque Miratáia, Pechincha, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22770-190, levarão a PÚBLICO LEILÃO de modo Presencial e/ou On-line, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no dia 10 de Novembro de 2026, a partir das 09h10, na Rua Doutor João Marques Maurício, nº 269, Parte, Gramado, Embu das Artes/SP, CEP: 06816-040, em 1º PÚBLICO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior ao VALOR: R\$ 411.842,33 (quatrocentos e onze mil, oitocentos e quarenta e dois reais e trinta e três centavos), o imóvel abaixo descrito, em lote único, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído pelo imóvel: Apartamento 502 do Bloco 02, Edifício Jardim das Paineiras, integrante do Conjunto Residencial Bosque da Miratáia, construído na Rua Miratáia com o nº 350 na Freguesia De Jacarepaguá, com direito a 01 vaga de garagem no estacionamento descoberto e sua correspondente fração ideal de 10.507/4.092.728 do terreno designado por lote 01 do PAL - 43.293, melhor descrito na matrícula do imóvel. Matrícula nº 253.835 do 9º Cartório de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro/RJ. Cadastrado na Prefeitura Municipal sob nº 3011468-0, CL 01856-4. Possui processo judicial nos autos nº 0817981-06.2025.8.19.0203. O imóvel encontra-se ocupado, e será vendido no estado em que se encontra, não podendo o arrematante alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação. A desocupação do imóvel deverá ser providenciada pelo comprador, que assume o risco da ação, bem como todas as custas e despesas, inclusive honorários advocatícios, mediante proposta da competente reintegração na posse, na forma do artigo nº 30, da Lei nº 9.514/97. Caso não haja licitante no primeiro leilão, fica desde já designado o dia 17 de Novembro de 2026, a partir das 14h10, para realização do 2º PÚBLICO LEILÃO, com lance mínimo igual ou superior ao Valor: R\$ 325.442,88 (trezentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos). Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no Canal SOLD (sold.com.br) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. Demais condições de participação online devem ser verificadas no site indicado. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do Canal SOLD (sold.com.br) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), respeitado o lance inicial e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do lote de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes por conta do adquirente. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela Lei 14.711, de 2023, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. O edital completo encontra-se disponível no Canal SOLD (sold.com.br) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) o qual o participante declara ter lido e concordado com os seus termos e condições ali estabelecidos. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. Ficam os Devedores Fiduciários INTIMADOS das designações feitas acima. A publicação do presente edital supre a intimação pessoal. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. A(s) ação (ões) Judicial(is) relativas(ao(s) Imóvel(is) arrematados(s), distribuídas em até 6 meses depois da arrematação, que invalidem a consolidação da propriedade e anulem a arrematação do imóvel pelo COMPRADOR ARREMATANTE, mediante transito em julgado, os leilões públicos promovidos pela VENDEDORA ou adjudicação em favor da VENDEDORA, a arrematação do COMPRADOR ARREMATANTE será rescindida, reembolsados pela VENDEDORA os valores pagos pelo COMPRADOR ARREMATANTE, excluída a comissão do LEILOEIRO, que deverá ser restituída pelo próprio leiloeiro, atualizados os valores a ressarcir pelos mesmos índices aplicados à caderneta de poupança, não fazendo jus o COMPRADOR ARREMATANTE, nesta hipótese de rescisão a juros de mora, multas por rescisão contratual, perdas e danos ou lucros cessantes, devendo o COMPRADOR ARREMATANTE, caso exerça a posse do imóvel, desocupá-lo em 15 dias, sem direito à retenção ou indenização por eventuais benfeitorias que tenha feito no imóvel sem autorização expressa e formal da VENDEDORA.

Informações: (11) 4950-9602 - Rua Henrique Monteiro, nº 125 - 2º andar - Pinheiros, São Paulo - SP CEP: 05423-020.

CE Shopping S.A.

CNPJ/MF nº 16.699.926/0001-57 - NIRE 33.3.0030408-8

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 29/10/2026

Local, Dia e Hora: Em 29/10/2026, às 10hs, na sede social da Companhia.

Convocação e Presença: Dispensada a convocação. Presente o acionista titular da totalidade do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Marcos Baptista Carvalho; e Secretário: Marcelo Baptista Carvalho. **Deliberações aprovadas:** (i) Definir e ratificar que o saldo em aberto da restituição ao acionista decorrente da redução do capital social aprovada na AGE em 29/02/2024, às 08:30 horas, arquivada na JUCERJA em 17/05/2024 sob o número 00006241045, rerratificada pela AGE em 01/05/2024, às 14:00 horas, arquivada na JUCERJA em 02/01/2025 sob o nº 00006621979, no valor de R\$ 30.449.492,54, será pago ao único acionista **Fundo de Investimento Imobiliário – FII Ancar IC** mediante compensação com parte dos créditos detidos pela Companhia contra o acionista, cujo saldo em aberto registrado na contabilidade da Companhia totaliza R\$ 239.708.704,55, decorrentes das seguintes Promessas de Compra e Venda, por meio das quais a Companhia prometeu vender e o acionista prometeu comprar frações ideais do imóvel denominado North Shopping Fortaleza, situado na Avenida Bezerra de Menezes, nº 2.380, São Gerardo, na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, descrito e caracterizado na matrícula nº 93.895 do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Fortaleza, Estado do Ceará ("Imóvel"): (a) Promessa de Compra e Venda firmada em 30/04/2025, no que se refere à Parcela Fixa correspondente ao preço da fração ideal de 4,7% (quatro vírgula sete por cento) do Imóvel, no valor de R\$ 27.242.505,50 ("PCV 4.7%"); e (b) Promessa de Compra e Venda firmada em 01/08/2025, relativa à fração ideal de 36,6% (trinta e seis vírgula seis por cento) do Imóvel, no valor de R\$ 212.466.199,05 ("PCV 36,6%"), e, em conjunto com a PCV 4,7%, ("PCVs"). (i.1) A compensação referida no item (i) acima, que se opera nesta data, será imputada ao saldo da PCV 36,6%, que passa a ser de R\$ 182.016.706,51. O saldo remanescente dos créditos decorrentes das PCVs, no valor de R\$ 209.259.212,01, será quitado mediante compensação com o valor a ser restituído ao acionista em razão da redução de capital deliberada no item (iii) abaixo. (ii) Rerratificar a ata da AGE em 26/03/2026, às 15:00 horas, arquivada na JUCERJA em 08/04/2026 sob o nº 00007701396 ("AGE de 26.03.2026"), para fazer constar que a Promessa de Compra e Venda firmada em 30/04/2025, na qual a Companhia figura como promitente vendedora e o **Fundo de Investimento Imobiliário – FII Ancar IC** como promissário comprador, tem por objeto (a) a alienação de fração ideal correspondente a 12,4% (doze vírgula quatro por cento) do Imóvel; e (b) a cessão dos direitos aquisitivos sobre os terrenos descritos no **Anexo II**, decorrentes do Termo de Ajustamento de Conduta celebrado em 09/11/2022 com a Prefeitura do Município de Fortaleza/CE ("Terreno"), que deixou de constar da referida Promessa de Compra e Venda por erro material, razão pela qual o instrumento foi aditado na presente data com efeitos desde 30/04/2025, ficando o respectivo aditamento igualmente ratificado e aprovado. (ii.1) Em razão da aquisição pela Companhia da propriedade da totalidade do Terreno, a promessa de cessão da referida alínea b do item ii passou a ter por objeto a promessa de venda do próprio Terreno nos termos do Aditamento; (ii.2) Permanecem ratificadas e inalteradas todas as demais deliberações da AGE de 26.03.2026 que não tenham sido expressamente alteradas pela presente. (iii) A redução do capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social, em consonância com o disposto nos artigos 173 e 174 da Lei nº 6.404/76, de R\$ 230.124.930,13, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, para R\$ 20.865.718,12, sendo a referida redução no valor total de R\$ 209.259.212,01, apurada com base no balanço patrimonial da Companhia levantado em 30/09/2026. (iii.1) A redução de capital ora aprovada será realizada sem o cancelamento de ações, tendo em vista que as ações de emissão da Companhia não possuem valor nominal, permanecendo inalterados o número de ações em que se divide o capital social e a participação do acionista na Companhia. (iii.2) O valor da redução será restituído ao único acionista **Fundo de Investimento Imobiliário – FII Ancar IC**, após a efetivação da redução, nos termos do item (v) abaixo, mediante compensação com os créditos detidos pela Companhia contra o acionista correspondentes: (a) ao saldo da PCV 4,7%, no valor de R\$ 27.242.505,50; e (b) ao saldo remanescente da PCV 36,6%, após a compensação referida no item (i) acima, no valor de R\$ 182.016.706,51, totalizando R\$ 209.259.212,01. (iii.3) Com as compensações previstas nos itens (i) e (iii.2) acima, os créditos da Companhia contra o acionista decorrentes das PCVs, cujo saldo em aberto registrado na contabilidade da Companhia totaliza R\$ 239.708.704,55, restarão integralmente quitados, nada mais sendo devido entre as partes a esse título. Permanecem devidas, nos termos da Promessa de Compra e Venda firmada em 30/04/2025, as Parcelas Mensais correspondentes a fração ideal de 7,7% do Imóvel, vinculada à garantia prestada ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB. (iv) Em virtude da deliberação referida no item (iii) Aprovada a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social: "Artigo 5º – O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, é de R\$ 20.865.718,12, dividido em 347.390.953 ações ordinárias e 76.573.878 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal." (v) Determino que a Diretoria da Companhia proceda à publicação desta ata, sendo certo que a redução de capital ora aprovada somente se tornará efetiva 60 dias após a referida publicação, nos termos do art. 174 da Lei nº 6.404/76. Nada mais. Rio de Janeiro, 29/10/2026.

MENORES

Ex-assessor e sargento são presos porexploração sexual

Um sargento da PM e um ex-assessor da deputada federal reeleita Talíria Petrone (PSOL) (**foto**) foram presos na quarta-feira, durante uma operação da Polícia Civil do Rio de Janeiro. A ação, denominada de NXIVM, cumpriu mandados de prisão e 18 medidas de busca e apreensão contra envolvidos em uma rede criminosa investigada por produzir vídeos de exploração sexual de menores.

Em nota, Talíria diz que o assessor foi exonerado e que as investigações "devem ser conduzidas com transparência, rigor e independência"..

"Fui surpreendida na manhã de hoje com informações sobre a operação da Polícia Civil decorrente de investigações que seguem em curso sobre exploração sexual. Determinei a exoneração do assessor citado no processo, enquanto aguardamos a elucidação dos fatos", afirmou a deputada em nota.

De acordo com a Secretaria de Estado de Polícia Militar, a

Corregedoria Geral da Corporação, por meio da 4ª Delegacia de Polícia Judiciária Militar (4ª DPJM), cumpriu um mandado de prisão contra o policial militar. O agente é alvo de um inquérito instaurado pela 74ª DP (Alcântara).

"A Corporação acompanha os desdobramentos da investigação para avaliar as medidas cabíveis. A SEPM reitera que não tolera desvios de conduta ou o cometimento de crimes por seus integrantes e que adota as medidas administrativas e disciplinares previstas, com o devido rigor, sempre que as irregularidades são devidamente constatadas", diz a Polícia Militar.

A investigação teve início em julho, com a prisão de um assessor parlamentar do vereador Professor Túlio (PSOL), em Niterói. Ele é suspeito de abusar sexualmente de uma adolescente de 16 anos e de participar do grupo criminoso. Foi por meio da prisão dele que os investigadores identificaram outros integrantes da rede.

PEDRO VALADARES/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Na ocasião, os agentes apreenderam dois notebooks e celulares na casa do preso. A análise dos dispositivos eletrônicos e de imagens de câmeras de segurança permitiu, segundo a Polícia Civil, avançar na desarticulação do esquema cri-

minoso.

"O trabalho investigativo desenvolveu uma grande rede de geração de vídeos de pornografia com adolescentes, em esquema de escravidão sexual, na qual os autores se autodenominavam "senhores", enquanto as vítimas eram tratadas como "escravas"", diz a Polícia Civil.

De acordo com as investigações, os criminosos produziam registros audiovisuais de violência sexual e utilizavam o material para torturar e ameaçar as adolescentes com a divulgação das imagens. O mecanismo de chantagem, associado a agressões físicas e psicológicas, era empregado para manter as vítimas sob controle e submetê-las a novos abusos.

O caso chegou à 74ª DP após a adolescente procurar a unidade, acompanhada dos pais, para denunciar as violências sofridas. A vítima relatou um cenário de humilhações e sofrimento extremo, com consequências graves para sua integridade física e emocional.

OBSIDADE

Anvisa aprova cinco novas canetas para tratamento do diabetes

BÁRBARA MARQUES/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou ontem, o registro de cinco novas canetas de GLP-1. Três são indicadas para o tratamento de diabetes tipo 2 e duas para obesidade.

Os medicamentos receberam os nomes comerciais de Aribet, Lyrza, Wylovol, Embeltah e Sevema. As novas opções contêm liraglutida ou semaglutida, mas têm indicações diferentes, conforme os registros concedidos pela agência.

Quais são as novas canetas? Para o tratamento de diabetes, foram aprovadas:

- Aribet: contém liraglutida.
- Embeltah: contém semaglutida.
- Sevema: contém semaglutida.
- Para o tratamento de obesidade, receberam registro:
- Lyrza: contém liraglutida.
- Wylovol: contém liraglutida.

No caso de Lyrza e Wylovol, a indicação prevê o uso em conjunto com exercícios físicos e mudanças na alimentação.

Quem fabrica os medicamentos?

Aribet, Lyrza e Wylovol são fabricados pela empresa indiana Biocon. Os registros foram concedidos à Farma Vision Importação e Exportação de Medicamentos.

Embeltah e Sevema são produzidos pela indiana One-Source Specialty. O registro de Embeltah foi concedido à Dr. Reddy's Farmacêutica do Brasil e o de Sevema, à Aché Laboratórios Farmacêuticos.

Anvisa já aprovou 20 canetas neste ano

Com os cinco novos registros, a agência soma 20 aprovações de canetas em 2026. A análise de medicamentos com semaglutida e liraglutida passou a ser priorizada em agosto de 2025.

Segundo a Anvisa, a medida foi motivada por um pedido do Ministério da Saúde em benefício do Sistema Único de Saúde (SUS), no âmbito do Complexo Econômico-Industrial da Saúde, e pela necessidade de abastecimento do mercado nacional.

ESPECIAL

Setor de energias renováveis projeta retomada em 2027, mas enfrenta desafios para atrair investimentos

POR REDAÇÃO

O setor de energias renováveis do Brasil projeta uma retomada dos investimentos a partir de 2027, impulsionada pela continuidade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e pela expectativa de implementação de políticas voltadas à transição energética. Apesar das perspectivas de recuperação, empresas de geração eólica e solar enfrentam restrições na produção de eletricidade, dificuldades de escoamento e incertezas regulatórias que têm levado ao adiamento de projetos no país.

A expectativa foi apresentada por representantes do setor durante o evento Brazil Wind Power, realizado nesta terça-feira (27). Segundo a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), os investimentos anunciados por empresas como Casa dos Ventos e Statkraft devem começar a se refletir na ampliação da capacidade de geração a partir do segundo semestre de 2027.

Os números da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) mostram a participação das fontes renováveis no sistema brasileiro. De acordo com o Balanço Energético Nacional 2026, referente a 2025, as fontes renováveis representaram 86,8% da oferta interna de eletricidade. Juntas, as gerações eólica e solar responderam por 26,4% da produção nacional.

A geração solar alcançou 88,1 terawatts-hora (TWh) em 2025, crescimento de 24,7% em relação ao ano anterior. Já a produção eólica chegou a 116,5 TWh, avanço

de 8,2% na mesma comparação.

Cortes de geração e infraestrutura desafiam recuperação das renováveis

Um dos obstáculos à expansão é o chamado curtailment, mecanismo de redução obrigatória da geração quando há excesso de oferta ou limitações na transmissão de eletricidade. A prática provoca perdas financeiras às empresas e compromete a rentabilidade dos empreendimentos.

Em outubro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou regras para reorganizar os cortes de geração, estabelecendo critérios de distribuição das restrições entre diferentes fontes. A implementação será gradual, com período de testes antes da aplicação definitiva.

A presidente da ABEEólica, Elbia Gannoun, avalia que a recuperação da indústria eólica poderá ganhar força entre 2027 e 2028. Segundo projeção apresentada pela entidade, a expansão poderá alcançar entre 6 e 7 gigawatts anuais a partir de 2030, caso avancem as políticas industriais e os investimentos previstos.

Outra aposta para ampliar o consumo de eletricidade é a instalação de centros de processamento de dados, conhecidos como data centers, e de indústrias que utilizam fontes renováveis.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, defendeu a aproximação desses empreendimentos dos polos de geração. "Nós vamos levar os datacenters para o Nordeste brasileiro, diminuindo a necessidade de transmissão", afirmou durante seminário da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em 2025.

Segundo o Ministério de Minas e Energia, os pedidos de conexão de data centers à rede elétrica cresceram 330% entre 2024 e 2025. Em junho de 2026, o governo informou que projetos correspondentes a 7,1 gigawatts de demanda representavam uma perspectiva de R\$ 159 bilhões em investimentos nos anos seguintes.

Apesar das projeções, a recuperação dependerá da ampliação da infraestrutura de transmissão, do crescimento do consumo e da redução das perdas provocadas pelos cortes de geração. Esses fatores deverão influenciar o ritmo dos investimentos e a expansão das fontes renováveis nos próximos anos.

HISTÓRIA

Unesco reconhece três lugares de memória da escravidão no Brasil

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL/ABRASIL

O Cais do Valongo, a Sociedade Protetora dos Desvalidos e a Serra da Barriga foram inscritos na Rede de Lugares de História e Memória Relacionados à Escravidão e ao Tráfico de Pessoas Escravizadas da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

"O governo brasileiro saúda a inclusão dos três lugares, que contribui para a preservação e a transmissão da memória da escravidão, o reconhecimento da resistência histórica da população negra e a educação das novas gerações", apontou, em nota, o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A candidatura com o pedido de inclusão na Rede foi apresentada pelo MRE, que indicou o Cais do Valongo, na região portuária do Rio de Janeiro, por ser um local de preservação de vestígios de um dos principais pontos nas Américas para desembarque de africanas e africanos escravizados. Desde 2017, o Cais do Valongo também está inscrito na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

A Sociedade Protetora dos Desvalidos, em Salvador, na Bahia, é uma referência histórica da organização e da solidariedade da população negra desde o século XIX. É a primeira instituição civil negra do Brasil em funcionamento contínuo. Foi fundada em 1832 por Manoel Victor Serra e outros homens negros livres, com o perfil de resistência, que, conforme a própria entidade, "ecoou nas Revoltas dos Búzios (1798) e dos Malês (1835), unindo organização, solidariedade e luta pela liberdade do nosso povo".

A Serra da Barriga é onde está localizado o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, em União dos Palmares, Alagoas. O local guarda a memória do Quilombo dos Palmares, mais um lugar de resistência à escravidão no Brasil. Desde 1988 é uma região que faz parte da União.

REDE DE LUGARES

A intenção da Unesco ao criar a Rede foi promover a preservação dos lugares rela-

cionados à história da escravidão e do tráfico de pessoas escravizadas. Com a participação das comunidades locais, tem ainda a função de intercâmbio de experiências e o desenvolvimento de iniciativas educativas.

"Criada em 2024, no âmbito do Programa Rotas dos Escravizados: Resistência, Liberdade e Patrimônio, da UNESCO, a Rede busca conectar lugares de diferentes países, promovendo o intercâmbio de experiências, a cooperação internacional e o desenvolvimento de iniciativas de educação, pesquisa e valorização da memória", informou à Agência Brasil, a diretora e Representante da Unesco no Brasil, Marlova Jovchelovitch Noletto.

A apresentação das candidaturas nacionais é coordenada pelas Comissões Nacionais para a Unesco. No Brasil essa missão cabe ao Ministério das Relações Exteriores. Já integram a iniciativa o Museu da Inconfidência, em Minas Gerais; e os Museus Casa da Hera e da República, os dois no Rio de Janeiro.

Marlova Jovchelovitch Noletto disse que a inclusão dos três novos sítios brasileiros na Rede "representa um importante reconhecimento internacional de seu valor histórico e de sua contribuição para a preservação da memória da escravidão e da resistência da população negra".

Para a diretora e Representante da Unesco no Brasil, mais do que reconhecer o passado, a iniciativa procura contribuir para que essa memória seja transmitida às novas gerações e ajude a compreender os efeitos duradouros da escravidão, inclusive o racismo estrutural e as desigualdades que persistem nas sociedades contemporâneas.

"Também cria oportunidades para que os responsáveis por esses espaços compartilhem boas práticas, desenvolvam ações conjuntas e ampliem a visibilidade de suas histórias em um contexto internacional", apontou.

"É uma maneira de transformar lugares de memória em espaços vivos de conhecimento, diálogo intercultural e promoção dos direitos humanos", completou.



EM BREVE

Em áudio ao 'Exército do Lula', presidente diz que fará pronunciamento

GABRIEL HIRABAHASI E GABRIEL DE SOUSA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse ontem, que fará um pronunciamento à nação na próxima semana. Não disse qual será o motivo para essa fala.

Lula enviou um áudio no grupo de WhatsApp "Exército do Lula", criado pelo deputado André Janones (Rede-MG). O presidente cancelou a transmissão ao vivo que faria com Janones na noite desta quinta por estar com a voz rouca, consequência ainda da reta final da campanha.

"Na próxima semana eu pretendo fazer um pronunciamento à nação, mas também na próxima semana eu quero que o meu exército volte à atividade plena", disse.

Lula voltou a agradecer aos jovens, às mulheres e aos idosos. Disse que deve sua eleição

a esses três grupos. Falou que tem "gratidão" por eles.

"Vocês sabem que eu devo essa eleição ao povo brasileiro. Essa eleição foi o povo que ganhou, foi a juventude que ganhou, foram as mulheres que ganharam, foram as pessoas idosas que foram votar, até impossibilitadas pela saúde. Eu quero agradecer, nada apagar a gratidão que eu tenho por vocês, porque vocês resolveram assumir a responsabilidade de cuidar do Brasil", afirmou.

No áudio, Lula afirmou que vai trabalhar com Janones "para fazer com que a verdade prevaleça nesse país e a mentira desapareça de uma vez por todas".

"Na semana que vem estarei fazendo um pronunciamento à nação assim que minha voz voltar, e também estarei fazendo uma live com meu amigo Janones", declarou.

COAF

Mãe de Deolane girou R\$ 7 milhões e comprou Land Rover



REPRODUÇÃO

FELIPE DE PAULA, MARCELO GODOY E FAUSTO MACEDO/AE

O suposto esquema atribuído à advogada Deolane Bezerra dos Santos (**foto**) para lavar "um oceano de dinheiro" da cúpula do PCC teria como um dos principais sustentáculos o uso das contas bancárias de Solange Alves Bezerra dos Santos, mãe da influenciadora. É o que apontam quatro Relatórios de Inteligência Financeira (RIFs) do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf).

Os documentos indicam que com uma renda mensal declarada de R\$ 800, Solange solicitou, em novembro de 2023, a reserva de R\$ 500 mil para saque em uma agência bancária, em São Paulo. O pedido foi registrado no dia 22, com retirada prevista para o dia 27.

As informações foram reunidas nos relatórios do Coaf - unidade de inteligência financeira atrelada ao Ministério da Fazenda - a pedido da Polícia Civil de São Paulo. Os quatro relatórios foram analisados pelo Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro (LAB-LD).

Deolane está presa desde 21 de maio na Penitenciária de Tupi Paulista, no interior do Estado, a 600 quilômetros da capital. Ela é o alvo principal da Operação Vêrnix, deflagrada pela Delegacia Seccional da Polícia Civil de Presidente Venceslau e pelo Ministério Público.

"As comparações demonstram níveis distintos de desproporção", avaliam os técnicos. Um relatório de inteligência, de 42 páginas, sustenta que 'o resultado mais expressivo recai sobre Solange Alves Bezerra Santos, cujos créditos superaram em centenas de vezes a renda acumulada informada para dois períodos específicos'. O provisionamento corres-

ponde a 625 vezes o primeiro parâmetro mensal, pontuam os analistas.

Além do pedido de saque de R\$ 500 mil, Solange aparece em 15 comunicações financeiras que somam R\$ 7,3 milhões em entradas e R\$ 7,1 milhões em saídas de recursos. O giro milionário despertou a atenção dos investigadores diante da renda de Solange e um patrimônio imobiliário de R\$ 50 mil.

Os relatórios apontam movimentações suspeitas, como a rápida transferência de valores entre contas, uma aplicação de R\$ 250 mil em CDB e a apreensão de um veículo sob suspeita de ter sido comprado com dinheiro proveniente da exportação de cocaína.

Outro dado identificado pelos investigadores é o registro de uma Land Rover e de uma Range Rover Sport, ano 2025, em nome de Solange, em junho daquele ano.

A influenciar foi indiciada pela Polícia e denunciada pela Promotoria na Operação Vêrnix por organização criminosa e lavagem de dinheiro para o líder do PCC, Marcos Willians Herbas Camacho, o 'Marcola', via uma transportadora fantasma formalmente situada em Venceslau que teria movimentado R\$ 327 milhões da facção.

Deolane nega relação com o PCC e afirma que "não é bandida". Após a operação, Marcola declarou que não conhece a influenciadora e disse estar indignado com as alegações da Polícia Civil.

Além dos indiciamentos de Deolane, Marcola e outros cinco investigados, a Polícia Civil pediu novas medidas à Justiça, inclusive a ampliação de bloqueio de bens e o compartilhamento das informações da Operação Vêrnix com a Polícia Federal, após a identificação de indícios de crimes tributários.

ASSÉDIO ELEITORAL

MPT enquadra Meta e cobra indenização de R\$ 50 milhões

MARCELO VICTORIO/AE

O Ministério Público do Trabalho (MPT) ingressou com ação civil pública na Justiça do Trabalho contra a Meta - proprietária do Instagram, Facebook e WhatsApp - ontem. O MPT exige que a empresa retire do ar as publicações que convocam empresários a vigiar, expor, não contratar e demitir trabalhadores por causa do voto em até 24 horas. Além disso, exige uma indenização de R\$ 50 milhões por danos morais coletivos.

Com o fim das eleições gerais no último domingo, empresários, influenciadores e parlamentares orientaram emprega-

dores a vasculhar as redes sociais de trabalhadores com o objetivo de descobrir sua posição política e, por consequência, seu voto. Caso a opção fosse diferente da do patrão, eram orientados a mandá-los embora ou até mesmo expô-los ao ridículo. Entre a meia-noite do dia 26 de outubro e as 12h do dia 29, o MPT recebeu 1.459 denúncias de assédio eleitoral, de um total de 3.396 registradas nas eleições deste ano.

A ação diz que a responsabilidade é da plataforma digital, pois além de ter permitido conteúdos ilegais durante os dias, ampliou o alcance das postagens com as próprias ferramentas da empresa (como a aba Ex-

plorar e os Reels sugeridos), resultando em um maior engajamento. Para o MPT, a empresa dispõe de sistemas automatizados, combinados com revisão humana, que já identificam e removem outros tipos de conteúdo em larga escala.

Em caráter de urgência, o MPT pede que a Meta exclua as publicações de assédio eleitoral em até 24 horas, sob multa de R\$500 mil por conteúdo mantido, e exiba um aviso a todos os usuários brasileiros que não compactua com manifestações que incentivam a discriminação, retaliação ou punição de trabalhadores por suas posições políticas. O MPT também requer a notificação aos perfis res-

ponsáveis pelos conteúdos ilegais, suspensão aos que voltem a fazer essas postagens e a desativação em caso de nova reincidência.

Na ação assinada pelo procurador-geral do Trabalho, Gláucio Araújo de Oliveira, pela procuradora-chefe do MPT-SP, Vera Lúcia Carlos, além dos procuradores Igor Gonçalves, Luciana Coutinho, Tatiana Amormino, Diego Jimenez e Marcos Cutrim, o MPT quer que a empresa crie uma política permanente de prevenção ao assédio eleitoral, mude suas regras de uso para proibir expressamente esse tipo de conteúdo, reforce a moderação em períodos eleitorais e preste contas periodicamente à Justiça.

NOVO GOVERNO

PT: Lula-4 tratará reformas do Judiciário e regulação das big techs

GABRIEL DE SOUSA E GABRIEL HIRABAHASI/AE

O PT, por meio de nota, declarou que o quarto mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva terá como pautas principais a reforma do Judiciário e do sistema político. Outro ponto prioritário, segundo o partido, é a regulação das big techs.

"O novo mandato deve abrir um ciclo de transformações estruturais, com destaque para a reforma do sistema de Justiça, a reforma do sistema político-eleitoral e a regulação democrática das grandes plataformas digitais. É preciso aprofundar a democracia, enfrentar desigualdades históricas e garantir que o desenvolvimento do Brasil se traduza em melhores condições de vida para sua população", diz a nota do PT.

De acordo com o partido, Lula foi reeleito presidente com mais de 64 milhões de votos no



RICARDO STUCKERT/PR

último domingo para realizar mudanças, e este quarto mandato deve ser "abrir um ciclo de transformações". O PT destacou ainda que a vitória nas ur-

nas "ultrapassou fronteiras partidárias".

O partido creditou a mobilização popular ao protagonismo da vitória de Lula. Também foi

destacado manifestações organizadas pela juventude e a participação do movimento negro, dos LGBTQs e das mulheres na reta final da campanha.

PGE

Após carta golpista, Alencar Santana pede inelegibilidade de Flávio

GABRIEL GONÇALVES/AE

O deputado federal Alencar Santana (PT-SP), vice-líder do governo na Câmara, apresentou uma representação à Procuradoria-Geral Eleitoral (PGE) pedindo que seja ajuizada uma ação no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) contra o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), com pedido de inelegibilidade por oito anos.

O parlamentar sustenta que a carta divulgada pelo candidato derrotado na quarta-feira, pode configurar abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação social

Na representação, Alencar questiona as declarações feitas por Flávio após a derrota para Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Na versão original da carta, divulgada quando o senador já estava nos Estados Unidos, Flávio se apresenta como o "verdadeiro presidente eleito do Brasil", atribui o resultado das urnas a uma fraude e anuncia que liderará a oposição a partir do exterior.

O deputado argumenta que as acusações de fraude não apresentaram provas e contrariam os dados oficiais da eleição. O documento também contesta a alegação de Flávio de que seria matematicamente impossível Lula ampliar sua votação em mais de 10 milhões de votos entre os dois turnos.

Segundo a representação, a diferença é explicada pela redistribuição dos votos dos demais candidatos e pelo aumento do total de votos válidos.

Alencar pede que o Ministério Público Eleitoral proponha uma ação de investigação judicial eleitoral até a diplomação dos eleitos. Também solicita que a carta seja considerada nas investigações eleitorais já em andamento contra Flávio. A representação requer ainda a preservação das duas versões da carta, incluindo a original,

na qual Flávio se declarava presidente eleito, e a posterior, que retirou essa expressão. O deputado pede que sejam mantidos os registros de publicação, edição e acesso ao documento.

Por fim, Alencar solicita o encaminhamento de cópias à esfera criminal da Procuradoria-Geral da República (PGR) para avaliar a necessidade de investigar possíveis crimes contra o Estado Democrático de Direito. O documento ressalta que não faz, nesta etapa, uma imputação criminal, mas aponta elementos que, na avaliação do parlamentar, justificam a apuração.

PRAIA DA LAGOINHA

Turista alemã de 30 anos morre afogada em praia de Florianópolis

ADRIANA VICTORINO/AE

Uma turista alemã morreu após se afogar na Praia da Lagoinha do Leste, no sul de Florianópolis, em Santa Catarina, na tarde de quarta-feira. Segundo o Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina (CBMSC), a mulher foi encontrada inconsciente na água e chegou a receber

atendimento de emergência, mas não resistiu.

A corporação foi acionada por volta das 16h e mobilizou uma moto aquática de salvamento, que estava na Praia do Matadeiro, além de um helicóptero de resgate aeromédico.

De acordo com o sargento Ernani Achilles Genol Neto, do CBMSC, a vítima, de aproxima-

damente 30 anos, foi retirada da água com o auxílio das duas equipes e levada até a faixa de areia. No local, os socorristas constataram que ela estava em parada cardiorrespiratória, condição classificada como afogamento de grau 6, o nível mais grave.

Bombeiros militares e profissionais da equipe aeromédica

realizaram manobras de reanimação e procedimentos de suporte avançado por cerca de uma hora e meia. Apesar dos esforços, a turista não respondeu ao atendimento e teve a morte constatada.

Após a ocorrência, o Corpo de Bombeiros reforçou a orientação para que banhistas procurem praias com serviço de guarda-vidas em funcionamento e permaneçam próximos aos postos de vigilância. A corporação também recomenda respeitar as bandeiras de sinalização, evitar áreas sem monitoramento e acionar o telefone 193 em situações de emergência.

STF

Fachin arquiva mais 5 ações do Inquérito das Fake News

FELIPE PONTES/A BRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin (foto), determinou o arquivamento de mais cinco investigações que integravam o chamado Inquérito das Fake News.

As investigações encerradas tinham como alvo o presidente do PCO, Rui Costa Pimenta; o ex-ministro do Turismo Gilson Machado; o deputado estadual por Santa Catarina Alex Brasil; e Flávia Cordeiro Magalhães, brasileira que mora nos Estados Unidos.

Também foi encerrada uma investigação envolvendo publicações em um grupo no aplicativo de mensagens Telegram.

Em todos os casos, Fachin atendeu a manifestações da Procuradoria-Geral da República (PGR), que opinou pelos arquivamentos por falta de provas dos supostos delitos ou pela prescrição dos crimes investigados.

Aberto de ofício em 2019 pelo então presidente do STF, ministro Dias Toffoli, o Inquérito das Fake News tinha como objeto principal apurar ataques virtuais e ameaças contra a integridade física de ministros da Corte e seus familiares. Desde então, contudo, o processo se desmembrou em centenas de linhas de investigação, grande parte sigilosa.

O inquérito é alvo de críticas da comunidade jurídica devido a sua duração indefinida e à falta de delimitação clara de seu objeto. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), por exemplo, critica a pouca transparência em torno do processo.

Na esteira de uma crise institucional sem precedentes no Supremo, com ataques públicos entre ministros, Fachin determi-



ROSINEI COUTINHO/STF

nou em setembro o envio do Inquérito das Fake News do gabinete do relator, ministro Alexandre de Moraes, para a presidência do STF.

Em outubro, Fachin declarou que pretende arquivar todo o Inquérito das Fake News, começando a analisar caso a caso cada linha de investigação. Na terça-feira (27), o presidente do Supremo já havia arquivado outras três apurações no inquérito.

CASOS CONCRETOS

No que diz respeito ao ex-ministro do Turismo Gilson Machado, Fachin determinou o arquivamento de uma investigação sobre uma suposta tentativa de auxiliar o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de Ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, a fugir do país por meio da emissão de um passaporte português pelo consulado em Recife.

Mauro Cid foi delator da trama golpista pela qual Bolsonaro acabou condenado pelo STF a 27 anos e três meses de prisão. Após a condução de diversas diligências, inclusive com a apreensão do celular de Gilson Machado, a PGR concluiu não haver elementos mínimos para uma ação penal contra o ex-ministro do Turismo.

Em relação ao presidente do PCO, Rui Pimenta, a PGR apontou para a prescrição do crime de incitação pelo qual ele era investigado. O dirigente partidário se tornou alvo de investigação após publicações hostis ao STF nas redes sociais.

No caso da brasileira Flávia Cordeiro Magalhães, residente nos EUA, Fachin revogou restrições migratórias e uma ordem de prisão preventiva que pesava contra ela, após a PGR apontar a fragilidade das provas e a ausência de vínculo da investigada

com grupos organizados ou esquemas de financiamento de desinformação.

O deputado estadual Alex Brasil, por sua vez, era investigado pelo compartilhamento de conteúdo sobre o sigilo do voto nas eleições de 2022. A PGR apontou, contudo, que os mesmos fatos foram investigados e arquivados em um outro processo. Além de arquivar a segunda investigação, Fachin determinou o desbloqueio de perfis do parlamentar em redes sociais.

A investigação sobre um grupo no Telegram apurava a apologia a crimes contra judeus e ameaças contra a vida de ministros do STF. A PGR destacou, contudo, a impossibilidade técnica demonstrada pela área técnica do aplicativo de identificar os criadores ou administradores do canal, motivo pelo qual se esgotaram as possibilidades de elucidar o caso.

TSE

Condenado por lesão corporal contra mulher fica inelegível

FELIPE PONTES/ABRASIL

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, ontem, que a condenação colegiada por lesão corporal contra a mulher é razão para inelegibilidade. Por unanimidade, os ministros confirmaram a rejeição do registro de candidatura ao advogado João Francisco de Assis Neto, que queria se candidatar a deputado federal por Alagoas.

O registro de candidatura já havia sido negado, por maioria, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL) em setembro, após representação do senador Renan Calheiros (MDB-AL).

Os ministros entenderam que o crime pelo qual o advogado foi condenado - lesão corporal praticada contra mulher por razão da condição de sexo feminino - se enquadra no mesmo eixo legal do feminicídio, podendo ser equiparado a um crime contra a vida.

Pela Lei da Ficha Limpa, fica inelegível por oito anos, a contar da sentença, quem for condenado por órgão colegiado por crime contra a vida e a dignidade sexual. Pelo entendimento unânime do TSE, a hipótese abarca as condenações por lesão corporal praticada contra a mulher em razão do gênero.

Segundo as informações do processo, João Neto foi condenado em duas instâncias pela Justiça de Alagoas em 2025. Ele foi considerado culpado de ter empurrado sua esposa em ca-

sa, quando ela estava descalça sobre piso escorregadio, fazendo-a cair e bater o queixo no chão. A queda gerou uma ferida aberta e necessidade de intervenção cirúrgica.

O caso ainda não transitou em julgado, mas os ministros do TSE ressaltaram que a Lei da Ficha Limpa prevê apenas a condenação por órgão colegiado, no caso a Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Alagoas, não sendo necessário o trânsito em julgado da condenação. Os recursos do advogado tramitam sem efeito suspensivo sobre a condenação.

O relator do caso no TSE, ministro Dias Toffoli, afirmou em seu voto que a Justiça Eleitoral não está inovando, mas apenas considerando o aspecto material da proteção dada pela lei à integridade física da mulher. "Não se trata de criar nova causa de inelegibilidade", avaliou.

Ao final da votação, o presidente do TSE, ministro Kássio Nunes Marques, destacou o caráter inédito do julgamento e disse se tratar de "um momento histórico para o TSE". Ele também sublinhou que a Justiça Eleitoral estaria apenas confirmando com a jurisprudência o que já está expresso na lei.

Além do próprio presidente, votaram com o relator os ministros Floriano de Azevedo Marques, Estela Aranha, Ricardo de Villas Bôas Cueva, Sebastião Reis Júnior e André Mendonça

FORAGIDO

Fuga e carta golpista ampliam isolamento de Flávio Bolsonaro

Aliados e ex-aliados do senador Flávio Bolsonaro (PL) têm se manifestado em favor do resultado das eleições e contrários à postura do parlamentar e ex-candidato à presidência da República, que se recusou a reconhecer que foi derrotado, no segundo turno, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Os posicionamentos se tornaram mais enfáticos após a fuga para os Estados Unidos e a divulgação da carta golpista, na qual Flávio chegou a se autoproclamar presidente eleito, líder do Brasil e da oposição.

PARTIDOS DA BASE

O União Brasil, partido da base de apoio da campanha de Bolsonaro, divulgou nota oficial assinada pelo presidente nacional da legenda, Antonio Rueda, em que ressalta a legitimidade do resultado eleitoral e defende o respeito à decisão dos eleitores.

"O União Brasil reafirma que a democracia é, para o partido, um valor inegociável. Ela não depende de quem vence ou perde uma eleição, mas do compromisso de todos com o veredito das urnas", afirma o documento.

A legenda também declara que "a eleição de 25 de outubro transcorreu com lisura, e o seu resultado deve ser respeitado".

O MDB também se manifestou sobre a legitimidade do processo eleitoral. Em publicação nas redes sociais, o partido reafirmou sua confiança no sistema eleitoral brasileiro e no resultado do pleito realizado no domingo. Parte das lideranças do MDB apoiou Flávio Bolsonaro na campanha.

"O MDB reafirma sua total confiança no sistema eleitoral brasileiro e, portanto, na legi-

timidade do resultado do pleito do último domingo", declarou a legenda.

O próprio PL, partido de Flávio Bolsonaro e de outros políticos de sua família, tornou público seu reconhecimento do resultado que deu a vitória a Lula.

O senador Rogério Marinho (PL-RN), líder da oposição no Senado e coordenador da campanha eleitoral de Flávio Bolsonaro (PL), também admitiu que não há provas de fraude eleitoral no segundo turno das eleições.

NOMES DA DIREITA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), foi outro aliado de Flávio a se posicionar em favor do resultado das urnas. Em nota divulgada nesta quarta-feira, ele afirmou compreender a indignação do senador, mas destacou que o momento exige "responsabilidade, serenidade e a construção de uma oposição forte".

"A eleição acabou e agora é preciso olhar para a frente. Entendo o sentimento de Flávio, entendo sua indignação e sua revolta, e esse sentimento é o de muitos brasileiros também. Mas o caminho é respeitar o resultado das urnas e seguir em frente", disse Tarcísio.

Até mesmo o bispo JB Carvalho, líder da Comunidade das Nações, igreja de Brasília frequentada pelo senador, divulgou nesta quarta-feira (28) uma mensagem em defesa do resultado das urnas, que levou à eleição do presidente Lula.

"As eleições terminaram. Não tem terceiro turno. Vida que segue!", disse o pastor nas redes sociais. "Vamos viver a vida. Pare de profetizar o caos. Deus dará a cada um segundo suas obras. E Ele terá misericórdia do Brasil".

FRAUDE FINANCEIRA

Vorcaro diz que não fez nada errado e pede voto de confiança

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ex-banqueiro Daniel Vorcaro prestou depoimento à Polícia Federal (PF) no dia 15 de outubro e negou ter cometido fraudes bancárias na operação de tentativa de compra do Banco Master pelo Banco Regional de Brasília (BRB).

A oitiva ocorreu antes de Vorcaro e mais 14 investigados terem sido indiciados pela PF no inquérito da primeira fase da Operação Compliance Zero, que apura as fraudes nas operações do Master. Os indiciamentos foram concluídos na quarta-feira.

No depoimento prestado à delegada Janaína Palazzo, o ex-banqueiro defendeu o arquivamento da investigação e disse que não há provas contra ele.

"Arquive esse processo, porque não tem prova nenhuma, não tem prova de fraude, porque não tem prejuízo. Faça-se uma perícia. Vamos contratar uma perícia de fora para saber os ativos foram vendidos. Se não tiver tido prejuízo, o que eu fiz?" indagou.

O ex-banqueiro disse que atuou somente para resolver um "problema" na troca de ativos da Tirreno, empresa que, segundo a PF, era de fachada e foi usada para passar créditos fictícios ao BRB.

"Aonde que eu fiz alguma coisa de errado neste processo para estar há um ano preso. A minha família toda destruída, com tudo acabado. Fui resolver um problema, de boa-fé", comentou.

Vorcaro pediu para ser solto. Ele foi preso em março deste ano e está custodiado no presídio da Papudinha, no Distrito Federal.

"Não dá para fazer uma análise sem ver o filme todo. Vamos fazer uma perícia. Me solta, primeiro, para não ficar esperando, deixa eu esperar em casa. Vamos fazer isso para que não se cometa injustiça".

No final do depoimento, que durou cerca de duas horas, o ex-banqueiro ressaltou que não cometeu irregularidades e pediu um "voto de confiança" para a delegada.

"Eu até te elogiei quando a

gente chegou aqui. A senhora está trabalhando muito nesse negócio. Estou pedindo um voto de confiança", completou.

Ontem, após Vorcaro ser indiciado, os advogados do ex-banqueiro declararam que as operações do BRB com a Tirreno não causaram prejuízo ao banco público.

Na avaliação dos advogados, um ano após o início das investigações, a PF se "limita a repetir a mesma narrativa" e não conseguiu avançar nas investigações.

"O negócio envolvendo as carteiras da Tirreno não foi concluído. As carteiras foram substituídas por outros ativos, e a troca realizada demonstra que os negócios entre o Banco Master e o BRB geraram resultados positivos para o Banco de Brasília. Nenhuma perícia oficial apurou qualquer prejuízo", afirmou a defesa.

INDICIAMENTO

De acordo com o relatório do indiciamento da Polícia Federal, Vorcaro teve "participação pessoal, reiterada e diretiva" nas ope-

rações com carteiras de créditos irregulares do Banco Master que causam prejuízos ao BRB.

"Na condição de controlador do Banco Master, Vorcaro ocupava o centro decisório da estrutura examinada e era o principal beneficiário econômico das operações destinadas à obtenção de liquidez para a instituição", concluiu a PF.

Todos os investigados foram acusados dos crimes de gestão fraudulenta de instituição financeira, organização criminoso e lavagem de dinheiro.

PREJUÍZO

De acordo com os investigadores da PF, o prejuízo já apurado é de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões. Parte das perdas foram provocadas por carteiras de créditos inexistentes, que estavam em nome da Tirreno.

"Há, portanto, aproximadamente R\$ 2,7 bilhões em perdas já formalizadas e reconhecidas, não se tratando de estimativa abstrata ou de risco meramente eventual", afirmou.

mandato e muito menos sobre política econômica. Informo também que não tenho conhecimento sobre nenhuma visita do Presidente ao nosso Estado", disse o governador do Piauí. Na publicação, Fonteles também disse que deu uma "modesta contribuição" para a virada histórica de Lula, eleito com 64 milhões de votos, sobre o senador Flávio Bolsonaro (PL) no pleito do último domingo. O governador do Piauí, depois do primeiro turno, passou a ser o coordenador da comunicação do presidente e passou a bater ponto diariamente nos encontros da campanha em Brasília. Com a vitória de Lula, Fonteles, que é matemático e bem quisto pelo mercado, passou a ser cotado para assumir a Fazenda. O principal obstáculo é o fato de ele ter sido reeleito, no último dia 4, governador do Piauí com 70,90% dos votos válidos, a maior vitória em porcentual do País.

Nota

RAFAEL FONTELES: NUNCA TRATEI COM LULA OU QUALQUER OUTRA PESSOA SOBRE CARGOS

O governador do Piauí, Rafael Fonteles, negou ter discutido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e também com outras pessoas a possibilidade dele assumir um cargo no quarto mandato do petista. Como mostrou o Broadcast Político, Fonteles é o principal cotado, por ora, a assumir o Ministério da Fazenda. Ontem, passou a circular na imprensa que Lula fará uma visita ao Piauí, na próxima semana, para fazer um convite oficial a Fonteles. O governador negou haver este encontro no X. "Reforço o que disse em algumas entrevistas: nunca tratei com o Presidente Lula ou com qualquer outra pessoa (seja familiar, amigo, aliado ou adversário) sobre cargos no meu próximo

ACIDENTE

Helicóptero militar italiano cai na Bósnia e deixa três mortos

Um helicóptero da força de manutenção da paz da União Europeia (UE) caiu ontem, no norte da Bósnia-Herzegovina, deixando três mortos e 12 feridos, segundo autoridades locais. A missão europeia (EUFOR) confirmou que integrantes da equipe morreram ou ficaram feridos, mas não informou o número de vítimas.

O prefeito do distrito de Brcko, Sinisa Milic, confirmou à emissora sérvia-bósnia RTRS que três pessoas morreram e outras 12 receberam atendimento médico. Entre os feridos, uma pessoa está em estado crítico.

De acordo com autoridades ouvidas pela imprensa local, a aeronave, um helicóptero militar italiano CH-47 Chinook, caiu em uma área próxima à cidade de Brcko. A EUFOR informou que as circunstâncias do acidente estão sendo investigadas e que divulgará mais

detalhes posteriormente.

O portal de notícias Klix publicou imagens do local da queda, que mostram o helicóptero praticamente destruído sobre uma área gramada.

Em comunicado anterior, a EUFOR afirmou que o acidente não provocou danos à infraestrutura civil, propriedades ou veículos. Também não houve registro de feridos entre a população civil.

A missão de manutenção da paz da União Europeia na Bósnia conta com 1.200 militares e substituiu a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) em 2004. Sua atuação tem como objetivo contribuir para a segurança do país e supervisionar o cumprimento das disposições militares do acordo de paz que encerrou a guerra de 1992 a 1995. A operação é realizada sob mandato do Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU).

FORÇAS ARMADAS

China promove general ao Politburo e busca fortalecer disciplinado PC

Os principais líderes da China promoveram,ontem, o único general remanescente na comissão responsável por supervisionar as Forças Armadas do país ao Politburo, principal órgão de direção do Partido Comunista Chinês (PCCh).

Os dirigentes também aprovaram uma resolução para fortalecer a governança interna, a disciplina e o combate à corrupção no partido, em meio aos esforços para ampliar seu controle sobre o poder.

Durante uma reunião a portas fechadas de quatro dias, os principais dirigentes do Partido Comunista debateram e aprovaram resoluções que orientarão a legenda nos próximos anos. O encontro ocorre cerca de um ano antes da expectativa generalizada de que o presidente Xi Jinping assegure seu quarto mandato de cinco anos como líder do partido.O partido elegeu o general Zhang Shengmin, atual vice-presidente da Comissão Militar Central, para o Politburo. Xi havia anteriormente afastado dois dos principais generais da China, deixando Zhang como o único integrante da comissão além do próprio presidente. As destituições também haviam deixado o Politburo sem representantes do Exército de Libertação Popular (ELP), até a promoção de Zhang.

Zhang também ocupa um cargo de supervisão da disciplina interna das Forças Armadas, atuando como secretário-adjunto da Comissão de Inspeção Disciplinar da Comissão Militar Central.

Em um resumo da resolução, o partido afirmou que os desafios enfrentados pela organização são "cada vez mais árduos", incluindo a necessidade de "unir e liderar o povo para salvaguardar a soberania nacional, a segurança e os interesses de desenvolvimento".

Nota

CHINA CONDENA INCLUSÃO DE EMPRESAS DO PAÍS EM LISTA DE TRABALHO FORÇADO NOS EUA

O porta-voz do Ministério do Comércio da China, He Yadong, manifestou ontem, "firme oposição" à decisão dos Estados Unidos de incluir empresas chinesas na "Lista de Entidades da Lei de Prevenção ao Trabalho Forçado Uigur", ligada à região de Xinjiang. Questionado sobre o tema, Yadong afirmou que as regras americanas "ampliam e apertam" de forma discriminatória as restrições a investimentos dos EUA na China. Para ele, trata-se de um "exagero do conceito de segurança nacional", que contraria o consenso firmado pelos chefes de Estado dos dois países.

COREIA DO SUL

Promotoria pede pena de morte para ex-presidente

Um promotor especial da Coreia do Sul pediu, ontem, a pena de morte para o ex-presidente destituído Yoon Suk Yeol, antes do julgamento de um recurso contra sua condenação por rebelião, relacionada à breve imposição da lei marcial em dezembro de 2024.

O Tribunal Superior de Seul ainda não definiu uma data para o julgamento do recurso apresentado por Yoon contra a sentença de prisão perpétua, proferida em fevereiro pelo Tribunal Distrital Central de Seul. A Justiça concluiu que ele mobilizou ilegalmente tropas e policiais para tomar o controle do Parlamento, prender adversários políticos e estabelecer um governo sem fiscalização por um "período considerável".

Investigadores liderados pelo promotor especial Cho Eun-suk também recorreram da decisão,

argumentando que Yoon merecia a pena de morte porque suas ações representaram uma grave ameaça à democracia do país. Uma eventual execução, porém, seria improvável. A Coreia do Sul não executa ninguém desde 1997, mantendo, na prática, uma moratória sobre a pena capital após apelos por sua abolição.

Durante a audiência no tribunal superior, a equipe de Cho afirmou que somente a pena de morte poderia responsabilizar plenamente Yoon por um crime tão grave quanto a organização de uma rebelião. Os promotores argumentaram ainda que a longa suspensão das execuções no país não deveria impedir os tribunais de impor sentenças de morte.

A equipe jurídica de Yoon disse a jornalistas que os promotores estavam repetindo um argumento "desprovido de provas e lógica jurídica". A defesa

ESPAÑHA

Brasileira está entre feridos em colisão envolvendo trens velozes

ANA MAGALHÃES/AE

Uma brasileira está entre os feridos no acidente entre dois trens de alta velocidade na Espanha, registrado na quarta-feira. A informação foi confirmada ao Estadão pelo Ministério das Relações Exteriores (Itamaraty). Conforme o último balanço, o número de mortos já chegou a 69, e o de feridos, a 110.

O Itamaraty acionou o serviço consular ontem. Segundo o Consulado-Geral do Brasil em Madri, a brasileira já está sendo assistida.

O ministério não divulgou o nome e nem outros dados pessoais da brasileira.

A colisão ocorreu às 8h53 de quarta-feira, pelo horário local, quando o trem da Renfe atingiu a composição da Iryo que estava parada na linha. Puente afirmou que a velocidade exata do trem no momento do impacto ainda não havia sido determinada, mas que a composição poderia ter alcançado 200 km/h no trecho.

O acidente envolveu trens que faziam o trajeto entre Madri e Sevilha, no sul do país. Segundo os dados preliminares divulgados pelas autoridades, havia 397 pessoas a bordo do trem da Renfe e 147 na composição da Iryo.

A explicação apresentada pelo ministro direciona a investigação para as decisões tomadas pela central de controle depois da falha informática. Ainda não está esclarecido por que a circulação foi autorizada sem restrições de velocidade nem por que a ordem foi emitida apesar do si-

nal de parada.

A empresa pública responsável pela infraestrutura ferroviária espanhola, a Adif, informou que a circulação na linha de alta velocidade entre Madri e a Andaluzia foi suspensa após o acidente. Equipes de emergência foram mobilizadas, com bombeiros, helicópteros e unidades móveis de terapia intensiva no atendimento às vítimas.

A operadora privada Iryo afirmou ter acionado seus protocolos de segurança e estar trabalhando em coordenação com as autoridades. A estatal Renfe também ativou seu plano de atendimento às vítimas e familiares e disponibilizou uma linha telefônica para prestar informações.

O primeiro-ministro espanhol, Pedro Sánchez cobrou esclarecimentos sobre as causas que levaram à colisão de dois trens, a qual deixou pelo menos 69 mortos, segundo o último balanço das autoridades regionais.

Durante uma visita ao local do acidente, a cerca de 150 quilômetros ao sul de Madri, Sánchez afirmou que o Estado está empenhado em "conhecer e esclarecer quais foram as causas que deram origem a este terrível acidente ferroviário", ocorrido na véspera.

Logo após o acidente, ainda na quarta-feira, o ministro dos Transportes da Espanha, Óscar Puente, classificou como "inexplicável" a decisão da central de controle ferroviário de autorizar a retomada da circulação de um trem da estatal Renfe antes da

sustentou que a imposição da lei marcial tinha como objetivo conscientizar a população sobre o que Yoon classificava como tentativas do Parlamento, controlado pela oposição, de paralisar o funcionamento do Estado. Segundo os advogados, Yoon não tinha intenção de causar danos ou estabelecer um regime autoritário.

O decreto de lei marcial de Yoon, anunciado na noite de 3 de dezembro de 2024, durou apenas algumas horas, até que um número suficiente de parlamentares conseguiu romper o bloqueio de soldados fortemente armados e policiais na Assembleia Nacional e votou pela revogação da medida, obrigando o gabinete presidencial a suspender-lá.

Yoon foi afastado do cargo em 14 de dezembro de 2024, após sofrer um processo de impeachment no Parlamento, lide-

rado pelos liberais, e foi formalmente destituído pelo Tribunal Constitucional em abril de 2025. Ele voltou a ser preso em julho de 2025 e passou a responder a diversos processos criminais relacionados à tentativa de imposição da lei marcial e a outras acusações, sendo a de rebelião a que prevê a punição mais severa

Além de recorrer da condenação à prisão perpétua por rebelião, Yoon também contestou uma sentença de 30 anos de prisão em um processo no qual é acusado de ter ordenado voos de drones em 2024 para elevar deliberadamente as tensões com a Coreia do Norte e criar um pretexto para impor a lei marcial internamente. Os advogados de Yoon afirmaram que os voos de drones foram uma resposta ao envio de milhares de balões carregados de lixo pela Coreia do Norte ao território sul-coreano.

de qualquer obstáculo.

REFORÇO

Após uma reunião do comitê de emergências, Sánchez reiterou o compromisso de determinar as causas da colisão.

"Estamos trabalhando dia e noite não apenas para dar uma resposta aos familiares das vítimas, mas também para esclarecer até o último detalhe desta tragédia e, é claro, reforçar a segurança para que isto não volte a acontecer", disse.

Os reis da Espanha, Felipe VI e Letizia, visitam nesta quinta-feira os feridos internados em um hospital de Toledo, a quase 70 quilômetros do local do acidente, informou a Casa Real.

No município de Urda, o mais próximo ao local da tragédia, uma escola foi habilitada para receber os parentes das vítimas, que contam com o apoio de funcionários da Cruz Vermelha.

"Serão horas duras e longas", disse Carmen García, psicóloga que atende as famílias no centro improvisado.

"Temos pessoas em estado de choque, que não têm consciência do que aconteceu, pessoas irritadas, pessoas tristes, preocupadas, o luto vai ser complicado", acrescentou.

O pároco de Urda, José Miguel Fernández, também compareceu para prestar apoio às famílias.

"Muitos deles estavam serenos, outros nervosos, sem esperança, queriam saber logo e ter notícias de seus entes queridos", explicou.

CASA BRANCA

CNN, MS NOW e Politico recorrem à Justiça contra restrições de Trump

Três veículos de comunicação reforçaram sua ação judicial contra a Casa Branca em relação ao acesso da imprensa, afirmando que o governo continua desrespeitando as ordens de um juiz ao se recusar a permitir que seus jornalistas voltem a cobrir o presidente dos Estados Unidos Donald Trump no Salão Oval e a bordo do Air Force One. A postura violaria seus direitos à liberdade de expressão ao continuar excluindo-os do grupo rotativo de jornalistas que acompanham o presidente, conhecido como "press pool", argumentam.

CNN, MSNOW e Politico afirmaram na quarta-feira, que o presidente está agindo de forma retaliatória por causa de reportagens que o desagrada, o que viola as decisões anteriores do juiz federal Timothy Kelly, do Tribunal Distrital dos Estados Unidos, que determinaram que o governo permitisse o retorno pleno dos jornalistas desses veículos ao grupo de profissionais que cobrem o presidente.

Mesmo após essas decisões, a Casa Branca continuava impedindo os jornalistas desses veículos de cobrir Trump "nos próprios locais em que o presidente mais fre-

quentemente interage com a imprensa", afirmou Theodore J. Boutrous Jr., advogado dos veículos, em um comunicado.

A petição mais recente pede que a Justiça torne permanentes as decisões anteriores.

A questão central é se o presidente, ou qualquer outra pessoa, podem punir veículos de comunicação pelo conteúdo de suas reportagens. As organizações jornalísticas argumentam que essa prática constitui "discriminação por ponto de vista", proibida pelas garantias de liberdade de expressão previstas na Primeira Emenda da

Constituição dos Estados Unidos.

Trump insiste que não é obrigado a permitir a entrada, nas dependências da Casa Branca, no Air Force One ou em outras áreas, de veículos de comunicação cujas reportagens o desagradam Até a manhã de ontem, a Casa Branca ainda não havia respondido à versão revisada da ação judicial.

"Todas as organizações jornalísticas agora correm o risco de sofrer punições semelhantes por uma cobertura que o presidente considere insuficientemente favorável", escreveram os veículos na petição.